

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte

Folha de São Paulo

Class.:

02

Data

07.04.86

Pg.:

13

IBDF pede ocupação racional da Floresta Amazônica

PAULO SÉRGIO SCARPA
Enviado especial a Capão Bonito

Ocupação racional e planejada da Floresta Amazônica, de forma a evitar o desperdício dos recursos florestais, como ocorreu em outras regiões do país, e proteção aos demais recursos naturais; fortalecimento e expansão das Florestas Nacionais (Flonas) como instrumento governamental preventivo para o uso racional dos recursos naturais renováveis, atendendo as necessidades geopolíticas do país; regulamentação das Flonas; e a necessidade urgente de elaboração de planos de manejo para todas as Flonas, com o objetivo de manter o regime sustentado e o uso múltiplo.

Estas são as principais conclusões do Encontro de Diretores e Técnicos de Florestas Naturais (Flonas) do IBDF —Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal—, realizado em Capão Bonito, 241 km a sudeste de São Paulo, de terça-feira a domingo. Participaram do encontro os diretores das catorze Flonas do

país: Passa Quatro (MG), Capão Bonito (SP), Açungui (PR), Irati (PR), Três Barras (SC), Caçador (SC), Chapecó (SC), Passo Fundo (RS), Canela (RS), São Francisco de Paula (RS), Araripe (CE), Jamari (RR), Tapajós (PA) e Caxiúna (PA). As conclusões do encontro serão entregues hoje, em Brasília, ao presidente do IBDF, Jayme Costa Santiago, 57, pelo diretor de Manejo Florestal do Departamento de Economia Florestal do órgão, engenheiro Eleazar Volpato, 41.

Criadas pelo Código Florestal de 1965, as Flonas têm por objetivo visar "fins econômicos, técnicos ou sociais, inclusive reservando áreas ainda não reflorestadas e destinadas a atingir aquele fim", sendo que sua administração pelo IBDF representa "um modelo complementar na conjugação de esforços entre o setor público e o privado objetivando elevar a oferta de madeira aos níveis requeridos pela expansão industrial, principalmente no que tange à produção de madeira de grandes dimensões". As Flonas servem ainda como regulado-



ras de preço no mercado madeireiro e são usadas pelo governo federal para a quebra de monopólio no setor.

As Flonas concentram-se principalmente na região sul do país, mas o IBDF está estudando a criação de outras em Teffé, na Amazônia, com 1,02 milhão de hectares; Oiapoque, no Amapá, com 1,3 milhão de hecta-



Alexandre Tokitaka

Volpato, diretor do IBDF

res; e Bom Futuro, em Roraima, com duzentos mil hectares. As catorze Flonas já implantadas ocupam uma área total de 543.988 hectares, e foram reflorestadas com pinus, eucaliptos e araucária. Incluem-se neste total áreas naturais preservadas em algumas Florestas Nacionais.

Os repórteres da Folha viajam a Capão Bonito a convite do IBDF.

Sarney pode rever lei de proteção à fauna

EMERSON SOUSA
Da Sucursal de Brasília

Só no ano passado, foram mortos oitenta porcos-do-mato por dia na Amazônia —computando-se apenas os atingidos na cabeça, cuja pele é própria para a exportação clandestina. No Pantanal Matogrossense, o massacre dos jacarés levou a região a correr o risco de ter dizimada toda a espécie. Na região dos lagos, no Rio Grande do Sul, a caça esteve voltada para a pele do "ratão", um mamífero roedor característico da região.

Esse quadro levou o governo a rever toda a legislação e é possível que o presidente José Sarney, ainda este ano, assinasse a nova Lei de Proteção à Fauna, em substituição a atual de nº 5.197, de janeiro de 1967 —defasada e inoperante, segundo os técnicos— e estude a criação de um ministério específico para a fauna, a flora e os recursos naturais.

A matança indiscriminada e a ação criminosa de contrabandistas de peles poderão levar o Brasil a ver extintas várias espécies de sua fauna. Segundo o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), o contrabando de animal vivo gera hoje mais divisas aos quadrilheiros que as operações com tóxicos.

As quadrilhas internacionais que operam no Brasil envolvem muita gente e sofisticados equipamentos. Lanchas e aviões utilizam diariamente pistas e portos clandestinos na Amazônia e no Pantanal. Os 280 agentes de defesa florestal do IBDF, mesmo somados ao policiamento militar e aos agentes federais, nem sempre são suficientes para combater a ação dos coureiros.

Grande parte da matança, tanto na Amazônia como no Pantanal, é executada por caboclos da região, que matam os animais e recebem como pagamento apenas a pólvora e a carne. O chefe da quadrilha leva a pele e o couro, que no mercado internacional serão vendidos no mínimo por US\$ 10,00 o quilo.

No final do ano passado, um telefonema anônimo à sede do IBDF, em Brasília, informou que um navio deixava o porto de Vitória (ES), e se dirigia ao Rio com um farto carregamento de peles. O IBDF e a Polícia Federal apreenderam a bordo 10,5 toneladas de peles de jacaré. O contrabando fora embarcado em Manaus e a rota utilizada pelos quadrilheiros (hoje desativada) era a mesma: Guaiará-Mirim (na Bolívia) para Guajará-Mirim

(no Brasil) e de lá, pelo rio Madeira, até Manaus (AM). A firma boliviana "Lozano Hermanos" falsificou a documentação —segundo os documentos, as peles eram procedentes da Colômbia. O destino do contrabando também era conhecido: a Alemanha Ocidental —o porto de Hamburgo, juntamente com Amsterdã, capital da Holanda, representam os maiores receptores de peles e animais contrabandeados do Brasil.

Ainda no ano passado, em Belém (PA), o IBDF apreendeu o equivalente a US\$ 100 mil só em peles de porco do mato. O órgão do governo constatou, segundo Luiz Antonio Rossetti, 44, diretor do Departamento de Fiscalização, que em 1985 foram abatidos oitenta porcos do mato por dia. "O dado só se refere àqueles que foram mortos com tiro na cabeça (a pele fica intacta para ser vendida no exterior)." A conexão era a seguinte: do lado boliviano, novamente a firma "Lozano Hermanos", do lado brasileiro, o ex-deputado federal Isac Newton, de Rondônia, anteriormente condenado a dez anos de prisão por tráfico de entorpecentes. Soube-se depois, que três outras levadas dessa pele já haviam deixado os portos brasileiros.

Recentemente, foi presa em Belém uma quadrilha norte-americana que tentava contrabandear milhares de animais silvestres. Segundo Hélio dos Santos Pereira, 30, engenheiro florestal e responsável pela Divisão de Fiscalização do IBDF, aves exóticas e animais em extinção podem alcançar, no exterior, até US\$ 25 mil por exemplar.

Darci Dias, responsável pela Delegacia do IBDF em Minas Gerais, informou que há poucos meses o órgão descobriu uma quadrilha que trazia peças aeronáuticas para o Brasil e levava em troca aves e animais, em vãos cuja carga excedia em muito os US\$ 100 mil por viagem.

Araras, tucanos, ararajuba, papagaios, maritacas, jandaias juntamente com o mico-leão e o macaco-barrigudo são os mais visados pelos contrabandistas de animais vivos. Para os que operam com animais mortos, as ações não se limitam à Amazônia ou ao Pantanal, mas correm todo o litoral brasileiro.

Para o diretor do IBDF, o órgão vive hoje uma nova fase. Segundo Rossetti, o fundamental agora é uma nova legislação que coloque a matança de animais não como contravenção mas como crime. "É preciso uma nova política para a fauna e a flora. Vamos dar início a uma campanha a nível nacional."